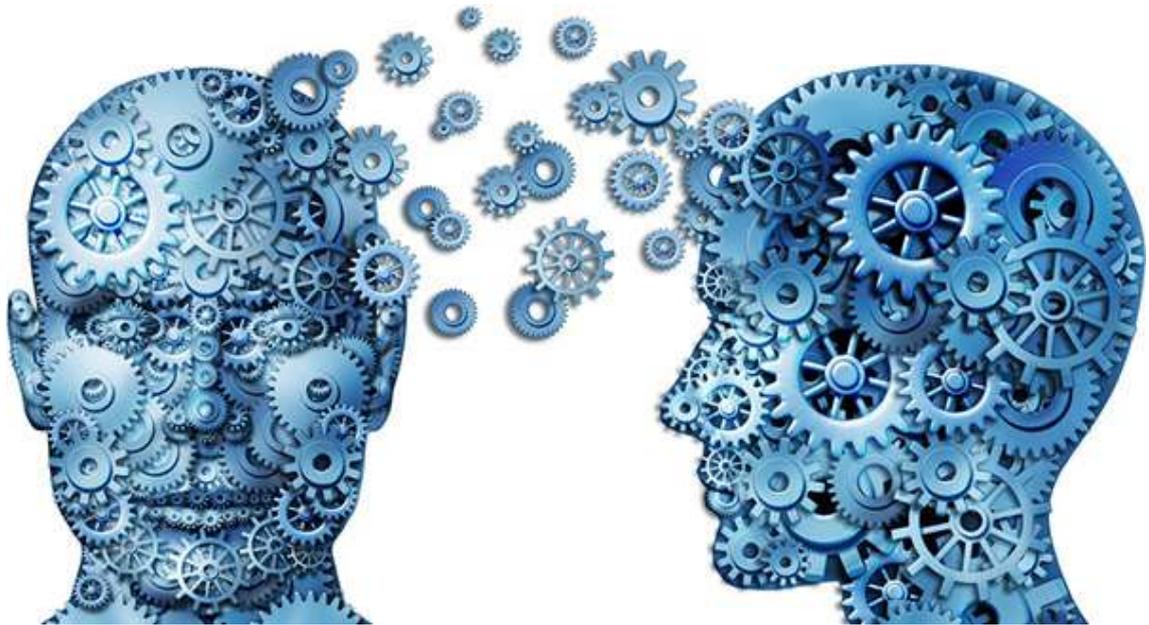


ORDEM E ORGANIZAÇÃO: CONTRA O IDEALISMO EXACERBADO DE DOMINGAS MONTE.

Destino Ventura

A presente abordagem confronta a interpretação de Domingas Monte acerca da poesia de Agostinho Neto, criticando a perspectiva que atribui ao poeta um papel quase messiânico na construção de uma identidade angolana homogénea. Inspirando-se no conceito de “ordem”, formulado por Eric Voegelin — o qual propõe um equilíbrio entre dimensões materiais (política, economia) e simbólicas (cultura) —, este estudo rejeita o idealismo utópico de Monte, que tende a simplificar a complexidade histórica e étnica de Angola. A base metodológica adoptada é o Materialismo Filosófico como Teoria da Literatura, conforme desenvolvido por Jesús G. Maestro em *Crítica de la Razón Literaria* (2017), que analisa a literatura como um fenómeno enraizado em contextos concretos, recusando abstracções desvinculadas da realidade.



Propõe-se, assim, uma crítica literária sistemática, voltada para a desconstrução de mitos, a inclusão de vozes marginalizadas e a articulação entre literatura e os desafios concretos da sociedade. A noção de “ordem”, nesse contexto, não se configura como um dogma, mas como um equilíbrio crítico que recusa narrativas hegemónicas e valoriza acções efectivas em prol de uma Angola que reconheça sua diversidade étnica,

enfrente injustiças materiais e promova a construção de identidades plurais. A poesia de Agostinho Neto, portanto, não deve ser reduzida a um símbolo estático; antes, deve ser ressignificada como instrumento de reflexão crítica sobre um futuro possível, no qual literatura e realidade possam dialogar sem recorrer a idealizações.

a) **Breve o contexto e resumo do artigo “A Poética de Neto: Em busca de uma identidade cultural angolana” - Domingas Monte (2018)**

No artigo publicado em 2018, no portal Mwelo Weto, Domingas Monte propõe uma análise da poesia de Agostinho Neto como instrumento de combate à dominação colonial portuguesa e de reconstrução da identidade cultural angolana. A autora argumenta que a produção poética de Neto emerge num contexto de alienação identitária, cultural, política e económica imposta pelo colonialismo. Para Monte, a poesia surge como uma arma capaz de despertar consciências adormecidas e mobilizar os autóctones na luta pela liberdade e pela afirmação dos seus direitos fundamentais.

A poética netiana é interpretada como realista, por retratar com crueza o sofrimento do povo, mas também como engajada, ao denunciar as atrocidades do regime colonial e exortar à solidariedade e ao amor como formas de resistência. Monte defende que os versos de Neto expressam a necessidade de resgatar tradições culturais africanas — como o batuque, o kimbanda, os ritos e as práticas espirituais — que foram apagadas ou reprimidas pela política de assimilação do colonizador português. Nesse sentido, a poesia de Neto é vista como uma via de reafirmação identitária, marcada pelo retorno às raízes culturais de Angola.

A autora cita com entusiasmo a obra Sagrada Esperança, que, segundo ela e o crítico literário Pires Laranjeira, representa o poema épico da angolanidade, comparável a Os Lusíadas de Camões, por condensar os elementos históricos, políticos e culturais da nação. Monte atribui ainda a Neto uma dimensão profética, considerando-o um líder poético que se posiciona como figura esperada e inspiradora para o seu povo. Destaca, assim, que a poesia, além de valor estético, cumpre também uma função pedagógica e ideológica, ao instigar nos leitores a consciência da luta e a valorização da identidade nacional.

Por fim, Monte conclui que a obra poética de Neto, em conjunto com a actuação dos intelectuais da época, legou ao povo angolano um património literário de resistência, memória e esperança, consolidando-se como pilar simbólico da libertação nacional conquistada em 1975.

b) A transdução literária que se impõe à razão crítica

A nossa transdução literária parte da rejeição ao idealismo exacerbado com que Domingas Monte interpreta a poesia de Agostinho Neto. Consideramos que sua análise, embora bem-intencionada, incorre na romantização da função da poesia e na mistificação de conceitos como identidade e cultura, desconsiderando elementos factuais e materiais da realidade angolana. Cito:

Ela representa um postulado do pensar e do agir do povo angolano, diante dos factos e da necessidade da busca e da implantação da afirmação identitária representativa das culturas de Angola; “*À frescura da mulemba/ às nossas tradições/ aos ritmos e às fogueiras/ havemos de voltar*” (Monte, 2018).

Aqui, observamos uma tentativa de reduzir a cultura ao passado, como se esta fosse uma entidade fixa e imutável. No entanto, a cultura constitui uma das mais elevadas realizações humanas, e não pode ser confinada ao passado; ela se actualiza continuamente, de geração em geração. Se retornarmos apenas à “frescura da mulemba” do passado, como propõe a autora, então torna-se compreensível que, após quase cinquenta anos de independência, Angola ainda careça de um modelo arquitectónico moderno que integre de forma criativa a tradição. Continuamos, assim, a viver sob os moldes de uma sociedade marcada por traços animistas, cuja visão essencialista da identidade cultural a concebe como um produto acabado — a ser resgatado intacto do passado — ignorando que a identidade é, na verdade, construída através de conflitos, hibridismos e negociações quotidianas.



A poesia de Agostinho Neto, longe de ser um apelo ao passado, constitui um convite à acção no presente. Versos como “*havemos de voltar*” não devem ser lidos com nostalgia, mas como uma exigência de futuro — um futuro que reconcilie tradição e progresso. A cultura, portanto, não se resume a “voltar”, mas exige transformação. *Sagrada Esperança* é frequentemente tida como uma obra de referência na história da poesia de resistência à colonização em Angola. Contudo, nesta leitura crítica, argumenta-se que o valor da arte em Neto não se funda no mito ou nas contemplações da natureza, mas sim na sua subordinação à função político-social: a arte como veículo de compromisso público.

É nesse contexto que os intérpretes de Neto tendem a enquadrar sua poesia a partir de uma poética subjetiva e experiencial, orientada por uma “intra-história” colectiva, reforçando o que aqui designamos como “*a falsa poesia de libertação*”. Tal designação não visa desvalorizar a importância histórica de Neto, mas questionar a canonização acrítica de sua obra enquanto símbolo de uma liberdade consumada, quando, na verdade, ela se inscreve mais como construção simbólica do poder político do que como arte emancipada ou crítica.

Porém, apesar da submissão forçada, do infortúnio, da miséria e da barbárie o poeta transmite uma mensagem de amor, solidariedade e de esperança, buscando consciencializar e exortar às massas para a luta que se impunha: a luta para a libertação de Angola; *para esquecer a nudez e a fome dos filhos/ e sinta contigo a vergonha/ de não ter pão para lhes dar/ para que juntos vamos cavar a terra/ e fazê-la produzir*” (Monte, 2018).

Angola já não luta pela independência; Angola luta contra os próprios angolanos — ou seja, contra o Governo que o povo legitimou (ou continua a legitimar) a cada ciclo ou pleito eleitoral. Portanto, nos versos citados, não se encontra uma mensagem de amor, solidariedade ou esperança orientada à consciencialização das massas para a luta de libertação nacional. O que se evidencia, antes, é uma exortação ao trabalho como meio para vencer a fome, uma denúncia velada da condição de um povo que, mesmo após a independência, continua a enfrentar problemas estruturais graves. Tais dificuldades não se justificam, considerando que Angola é um país rico em recursos naturais e potencial geoeconómico para o autossustento.

Ao ignorar essa dimensão e insistir numa leitura que extrai dos versos apenas uma visão espiritualizada da luta, Domingas Monte incorre numa romantização ideológica da miséria, despolitizando os problemas reais e contemporâneos que afligem a sociedade angolana. Reduz o poema à sua função histórica no passado, sem o considerar como um documento vivo, capaz de ressoar criticamente no presente. Ao fazer isso, desarma a poesia do seu potencial revolucionário, esvaziando-a de sua força como instrumento de denúncia actual.

Termos como “cultura” e “identidade” tornaram-se, em muitos estudos literários, verdadeiros ópios teóricos — especialmente entre os transdutores que se dedicam à interpretação da literatura dos poetas e escritores das décadas de 1970, 1980 e até 1990. Para esses, falar de literatura parece inevitavelmente significar falar de cultura, como se ambas fossem indistintas ou inseparáveis. Vejamos o exemplo da leitura de Domingas Monte.

Com efeito, necessário era, reconstruir a identidade angolana para a sua afirmação total, pois ela abarca uma série de reclamações inerentes a cada povo, como afirma Hall (2012:13), “com frequência, a identidade envolve reivindicações *essencialistas* sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário, nas quais a identidade é vista como fixa e imutável”. Como se pode ler nos seguintes versos: *ansiedade/ nos batuques saudosos/ dos kiocos contratados/formando lá do acampamento/o fundo de todo o ruído; no homem/ que consulta o kimbanda/ para conservar o emprego/ na mulher/ que pede drogas ao feiticeiro/ para conservar o marido/ na mãe/ que pergunta ao adivinho/ se a filhinha se salvará/ da pneumonia/ na cubata/ de velhas latas esburacadas/* (Monte, 2018).

A transdução literária proposta por Domingas Monte revela-se essencialmente idealista e arbitrária. Em primeiro lugar, insiste em tratar a literatura como um organismo morto — isto é, como história encerrada, desvinculada de factos concretos. Em segundo lugar, atribui aos versos de Agostinho Neto uma semiótica deslocada, tanto no plano histórico quanto no contexto contemporâneo. Essa leitura ignora a complexidade simbólica do texto e o reduz a um conjunto de signos pretensamente autênticos da identidade angolana. Vejamos, por exemplo, os seguintes versos:

“(...) os batuques saudosos
dos kiocos contratados
formando lá do acampamento
o fundo de todo o ruído;
(...) o homem
que consulta o kimbanda
para conservar o emprego
na mulher
que pede drogas ao feiticeiro
para conservar o marido
na mãe
que pergunta ao adivinho
se a filhinha se salvará
da pneumonia
na cubata
de velhas latas esburacadas (...)”

Esses elementos, longe de constituírem um projecto de reconstrução identitária, revelam justamente os traços de uma sociedade capturada por crenças arcaicas, práticas animistas e condições de extrema vulnerabilidade material. A repetição do verso “*os batuques saudosos dos kiocos contratados*” não celebra uma ancestralidade cultural, mas aponta para uma prática artificializada, esvaziada de sentido transformador, usada como pano de fundo para ruídos sociais mais profundos.

Acreditar, como faz Monte, que a identidade de um país multicultural e multiétnico pode ser reduzida à representação de um único grupo ou símbolo é incorrer numa generalização que compromete a lógica do próprio discurso. Tal abordagem

ignora o facto de que nem todas as ideias estão conectadas entre si; algumas ideias relacionam-se entre si por afinidade estrutural, mas não se aplicam de forma universal.

O que se observa nos versos é, na verdade, a denúncia de um estado de crença puramente psicológico, sustentado por um animismo que, longe de valorizar a espiritualidade africana de forma crítica, reproduz uma ignorância antagónica ao progresso tecnológico e científico. Vejamos:

- “*na mãe/ que pergunta ao adivinho/ se a filhinha se salvará/ da pneumonia*” – denuncia a ausência de acesso à saúde pública e à medicina científica;
- “*o homem/ que consulta o kimbanda/ para conservar o emprego*” – revela o desespero diante da instabilidade laboral e a ausência de garantias institucionais;
- “*na mulher/ que pede drogas ao feiticeiro/ para conservar o marido*” – aponta para uma condição de vulnerabilidade feminina, associada à dependência emocional e à falta de educação para relações interpessoais saudáveis.

Tais versos, portanto, não são apelos à tradição enquanto elemento regenerador, mas sim exposições cruas das contradições sociais que persistem em Angola. Ao ignorar essa leitura crítica, Monte enfraquece o papel político da poesia e esvazia sua função como instrumento de reflexão sobre o presente.

O que se observa nos versos de Agostinho Neto é, essencialmente, a manifestação da ignorância de um povo que se perdeu e que tenta reencontrar-se por meio de crenças que operam como efeitos placebo. No entanto, é importante reconhecer que toda sociedade politicamente organizada, tal como a conhecemos hoje, é fruto de uma luta histórica e de um processo contínuo de amadurecimento colectivo. Muitas civilizações tiveram, como base fundadora, elementos como o mito, a ficção e a tradição — mas esses elementos foram, com o tempo, submetidos à crítica racional e reconfigurados dentro de uma lógica evolutiva.

Essa evolução histórica é frequentemente ignorada em certas abordagens idealistas da literatura. Os problemas que enfrentamos hoje, em grande medida, derivam de rupturas que não seguiram a ordem natural da história da humanidade — ou seja, não respeitaram uma sequência de amadurecimento político, cultural e científico. A evolução não implica o rompimento com a tradição, mas tampouco pode se reduzir a ela. Tradição não deve ser obstáculo para o pensamento crítico, e raça não é critério

para a validade científica. Prender-se ao passado e utilizá-lo como justificativa para os fracassos do presente é, em última instância, fazer da imperfeição um pretexto para a estagnação.

Angola, após a independência, não conseguiu acompanhar o desenvolvimento global. A independência foi mais um sonho idealizado do que um projecto pensado. Como consequência, o país não conseguiu edificar-se como um verdadeiro Estado-nação, permanecendo politicamente, economicamente e socialmente refém de suas próprias estruturas fragmentadas. A ciência — que deveria ser um instrumento de instrução, emancipação e combate à alienação — é frequentemente apropriada como ferramenta de subversão ideológica. A literatura, nesse contexto, enquanto conceito e prática, é muitas vezes invocada para perpetuar discursos vazios, sem suporte material, conduzidos por sofistas e inimigos da razão.

O fenómeno que enfrentamos hoje é, sob muitos aspectos, mais profundo e insidioso do que a própria colonização. Trata-se de um processo interno de autodestruição, no qual a sociedade é forçada a confrontar-se consigo mesma — e, nesse confronto, torna-se o seu próprio inimigo.

Ao lermos os versos “na mãe/ que pergunta ao adivinho/ se a filhinha se salvará/ da pneumonia/ na cubata/ de velhas latas esburacadas (...)”, somos levados a questionar a situação do sistema de saúde em Angola. Este excerto revela, acima de tudo, a falta de confiança das famílias nas instituições públicas de saúde. Tal gesto revela uma urgência em reflectir sobre a precariedade desse sistema, marcado por negligência médica, falta de materiais adequados e escassez de medicamentos. Assim, longe de representar um resgate cultural ou uma reafirmação da identidade angolana, o ato da mãe traduz desespero, abandono e descrença na eficácia do Estado. É uma evidência clara de exclusão social e retrocesso institucional.

Neste contexto, a tradição não aparece como um símbolo de orgulho ou continuidade histórica, mas como um recurso de sobrevivência em meio a uma sociedade profundamente desestruturada, onde o cidadão não encontra amparo nem na ciência nem nas políticas públicas. O mesmo se aplica ao verso “homem/ que consulta o kimbanda/ para conservar o emprego”, que remete à cultura do medo da renovação geracional, presente em muitas instituições, empresas e até mesmo no Estado. A

estagnação nas estruturas impede a circulação de novas ideias, alimentando práticas retrógradas e instabilidades.

A abordagem idealista e por vezes exageradamente romantizada na análise da poesia de Agostinho Neto — como a proposta por Domingas Monte — não é um fenómeno recente. Monte é herdeira de uma tradição interpretativa que destaca, de forma enfática, elementos como a esperança, a utopia, a luta pela liberdade e a construção de uma sociedade justa. Contudo, essa leitura, ao privilegiar a idealização, tende a ignorar os aspectos concretos da realidade histórica e social angolana, transformando a poesia de Neto numa narrativa simbólica, muitas vezes desconectada da crítica efectiva e da urgência material que os seus próprios versos evocam.

Domingas Monte interpreta a poesia de Agostinho Neto como uma expressão pura e elevada dos ideais de libertação nacional, justiça social e humanismo, subestimando, contudo, os aspectos mais complexos, ambíguos ou contraditórios presentes na sua obra. Sua leitura carece de rigor dialéctico e fundamentação racional, ao ponto de acolher interpretações que atribuem ao poeta uma aura quase sobrenatural ou divina.

A título de exemplo, Monte afirma:

“Porém, também apelava à consciencialização do povo negro no sentido de assumirem a identidade e cultura angolanas. Aqui, o poeta assume uma consciência política e evidencia um dom profético: ‘sou aquele por quem se espera’. O instinto heróico o instava e o colocava na linha de combate” (Monte, 2018).

Desconfiamos, por princípio, de leituras literárias que extrapolam os limites da razão humana e se apoiam em discursos sem respaldo científico ou filosófico, baseando-se unicamente em transduções arbitrárias. Não é da natureza humana atingir o “profético” no sentido artístico — essa esfera pertence ao domínio da religião e da mitologia. O ser humano, enquanto ser racional, é dotado de inteligência e consciência histórica; é justamente essa capacidade que lhe permite analisar o presente, compreender o passado e projectar possibilidades futuras com base em dados concretos e reflexão crítica.

Agostinho Neto não foi, nem reivindicou ser, profeta. O verso “sou aquele por quem se espera” não expressa qualquer dom sobrenatural, mas antes a consciência do

seu papel político e intelectual num contexto histórico específico. Trata-se de uma afirmação simbólica de liderança e de compromisso com a causa nacional, e não de uma declaração messiânica. Atribuir-lhe um carácter profético obscurece o papel da razão e da intencionalidade poética na construção de sua obra. Essa problemática será aprofundada em artigo complementar intitulado “A sacralização do poema ‘Adeus à hora da largada’”, no qual discutimos criticamente o uso acrítico de termos como “profecia” e “missão divina” atribuídos ao autor.

Sagrada Esperança, por sua vez, pode ser lida como um poemário de consolo — um testamento lírico que Agostinho Neto legou ao povo angolano. A própria escolha do título aponta a esperança como motor de resistência, mas também como compensação simbólica diante de uma frustração histórica colectiva. A situação passada e presente de Angola parece condensar-se nesse nome. Primeiro, a ocupação colonial suprimiu a liberdade dos povos que habitavam o território; depois, a guerra civil fragmentou os frutos da independência; por fim, o acúmulo das consequências tanto da colonização quanto do conflito interno — miséria, analfabetismo, estagnação económica, cultural e política — impediu que Angola se consolidasse como um Estado-nação plenamente desenvolvido.

Nesse sentido, concordamos parcialmente com Pires Laranjeira, que reconhece em Sagrada Esperança a presença de temas como: “alienação social, cultural e política, exploração económica, repressão policial e política, miséria e analfabetismo, prostituição e alcoolismo, trabalho e solidariedade, amor e esperança, exílio e nostalgia, revolta, prometeísmo e revolução”.

No entanto, impugnamos a sua afirmação ao tentar estabelecer uma equivalência entre Sagrada Esperança e Os Lusíadas, sugerindo que a obra de Neto seria o “texto épico da angolanidade”. Tal comparação, mesmo com as devidas ressalvas temporais, espaciais e culturais, carece de sustentação crítica. A poesia de Neto não opera como um épico fundacional nos moldes clássicos; ela se estrutura como um conjunto de vozes fragmentadas, tensionadas e comprometidas com uma realidade histórica marcada mais pela denúncia e pelo desamparo do que pela exaltação heróica.

A afirmação de que “Sagrada Esperança” de Agostinho Neto “constitui um texto épico da angolanidade” apresenta uma interpretação interessante, mas exige uma análise

crítica tendo em vista as características tradicionais do género épico. Cito o excerto completo de Pires Laranjeira feita por Domingas Monte

“Sagrada Esperança constitui como que o texto épico da angolanidade. Podemos compará-lo, no caso angolano, com as devidas distâncias temporais, espaciais e culturais, ao caso português de Os lusíadas. Nele se encontram temas da alienação social, cultural e política, da exploração económica, da repressão policial e política, da miséria e do analfabetismo, da prostituição e do alcoolismo, do trabalho e da solidariedade, do amor e da esperança, do exílio e da nostalgia, da revolta, prometeísmo e revolução. Sagrada esperança pode ser lido como um fresco ou uma saga exortativa do povo angolano à conquista da sua identidade e independência” (Monte citando Pires Laranjeiras, 2018).

Em primeiro lugar, “Sagrada Esperança” não possui os elementos típicos do épico, como a presença de um narrador omnisciente, um personagem heroico claramente definido, enredo, tempo e espaço bem delimitados. Além disso, o poema épico clássico costuma incluir uma estrutura formal com proposição (prólogo), invocação, dedicatória e uma narrativa longa sobre as aventuras de um herói, o que também está ausente na obra de Neto; em segundo lugar, comparar “Sagrada Esperança” com “Os Lusíadas” de Camões só faz sentido se considerarmos o contexto de construção nacional e identidade. “Os Lusíadas” exaltam os feitos dos portugueses na época das navegações e da expansão imperial, enquanto “Sagrada Esperança” celebra a luta pela independência angolana. No entanto, é importante reconhecer as diferenças de estrutura e estilo: “Os Lusíadas” seguem as convenções clássicas do poema épico, enquanto “Sagrada Esperança” é uma poesia mais lírica e fragmentada, focada na experiência colectiva, em vez de um herói individual.



O povo angolano não conquistou plenamente a sua identidade. Do ponto de vista identitário, Angola é um país com traços culturalmente ambíguos, sem uma caracterização própria, resultado directo da interferência do colonialismo. Aliás, é preciso reconhecer com a devida maturidade que Angola é um projecto português — e não genuinamente angolano —, uma vez que o território que hoje conhecemos foi delimitado na Conferência de Berlim (1884-1885).

Assim, ao concordarmos com Pires Laranjeira, torna-se evidente que a identidade proposta por Domingas Monte é um mito. Em nada essas propostas oferecem sistemas racionais de interpretação voltados para a solução concreta de problemas reais. Pelo contrário, expõem, de forma sofisticada, problemas falsos que, por sua vez, exigem soluções igualmente falsas.

Reforço: o povo angolano não conquistou uma identidade própria. E, se tal identidade de facto foi conquistada, qual seria ela? A história é clara: antes da chegada dos portugueses, este território não se chamava Angola. Era composto por vários reinos e sub-reinos, cada um com as suas particularidades culturais, políticas e sociais. Portanto, afirmar que houve a construção ou conquista de uma identidade angolana é contrariar os factos históricos. Falar em “conquista da identidade angolana” implica simplificar indevidamente a história.

O conceito de “Angola” e a ideia de identidade nacional surgiram, em grande medida, como produto da colonização e, posteriormente, da luta pela independência. Tal

identidade foi moldada pela necessidade de unificação política e de resistência ao domínio colonial. No entanto, isso não significa que uma identidade homogênea tenha sido, de facto, “conquistada”. A diversidade cultural e histórica dos diferentes povos que compõem o território angolano permanece viva e continua a influenciar decisivamente a configuração do país.

Domingas Monte, ao interpretar e projectar ideologias sobre a poesia de Agostinho Neto, contribui de forma decisiva para a fossilização da sua obra. Sua leitura, ancorada no idealismo romântico e numa nostalgia cultural, transforma a literatura num monumento estático, em vez de reconhecê-la como instrumento crítico e dinâmico de interpretação da realidade. Desse modo, a história, enquanto categoria do conhecimento, deixa de ser um caminho para a compreensão e torna-se prisioneira da memória selectiva e do esquecimento conveniente. A poesia de Neto, nessa transdução literária, é convertida em objecto de culto ideológico e psicológico, perdendo sua força enquanto arte politicamente activa e intelectualmente desafiadora.

Tal como argumenta Maestro (2017), a história deixa de ser, por causa disso, caminho para o conhecimento e torna-se objecto da memória e do esquecimento — isto é, objecto da ideologia e da psicologia. O que nos é apresentado não é a história construída pelos vencedores, tampouco a narrada pelos sobreviventes: é a história contada pelos sofistas — aqueles que vivem em conformidade material, económica e académica com o sistema, fingindo criticá-lo formalmente, mas não funcionalmente. Criticam com palavras, mas nunca com acções. Como poderíamos chamar esse tipo de pesquisadores, senão sofistas? São capazes de convencer com argumentos falsos, manipulando discursos sob a aparência de verdade.

Chamamos a esses estudiosos **burocratas do Estado**, cujos discursos são legitimados não pelo mérito epistemológico ou pelo rigor científico, mas pela sua posição institucional, afinidade ideológica ou filiação político-partidária.

Por isso, reafirmamos que o que se impõe à crítica literária angolana contemporânea é a **Ordem**: uma crítica racional, ancorada na realidade concreta, aberta à pluralidade de vozes e atenta às contradições históricas. Não basta interpretar o passado; é necessário enfrentar o presente com coragem intelectual e responsabilidade ética.

A identidade angolana não é um mito a ser resgatado do passado, mas um **projeto inacabado**, que exige construção contínua e compromisso com a verdade material e histórica. Nesse sentido, a leitura idealista de Domingas Monte, ao perpetuar ilusões poéticas descoladas da realidade, representa não uma via de emancipação, mas um obstáculo à reflexão crítica. Precisamos de menos nostalgia e mais lucidez; menos culto e mais crítica; menos mito e mais verdade.

c) Referências bibliográficas

Monte, D. (2018, novembro 19). *A poética de Neto: Em busca de uma identidade cultural angolana*. Mweto. <https://mweto.wordpress.com/2018/11/19/a-poetica-de-neto-em-busca-de-uma-identidade-cultural-angolana/> (Acesso em 31 de dezembro de 2023)

Herdeiros de Agostinho Neto. (1998). *Herdeiros de Agostinho Neto* (Depósito legal nº 128104/98). INALD.

Maestro, J. G. (2017). *Crítica de la razón literaria* (Vol. 1). Editorial Academia del Hispanismo